

MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E SAÚDE MENTAL: a inclusão social pelo trabalho

Ronalda Barreto Silva*

RESUMO

O presente artigo busca fazer algumas reflexões sobre a proposta conjunta do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e Emprego para organização de empreendimentos da Economia Solidária com portadores de transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas. A análise parte do pressuposto de que a efetiva inclusão social só é possível pela via do trabalho, categoria fundante da sociedade. Assim, discute a cidadania desse segmento da população, entendendo que o trabalho é fundamental para o estabelecimento de laços de sociabilidade, configurando-se, dessa forma, como um princípio educativo por excelência. Portanto, a proposta em questão constitui-se num desafio que se coloca para as incubadoras universitárias de empreendimentos solidários e que vem sendo realizado, de forma ainda incipiente, por algumas delas.

Palavras-Chave: Inclusão Social – Trabalho – Educação – Cidadania – Economia Solidária

ABSTRACT

SOCIAL MOVEMENTS, EDUCATION AND MENTAL HEALTH: social inclusion through employment

This article aims to make some reflections on the joint proposal of the Ministry of Health and Ministry of Labor to organize Solidarity Economy ventures with mental patients, users of alcohol and other drugs. The analysis assumes that effective inclusion is only possible through the work, a basic category of society. It discusses the citizenship of the population showing how fundamental is the work to our society, setting up, from this way, with a educative principle by excellence. So, the proposal in question is a quest how put to the university incubators solidarity enterprises and this come been realized, with a incipient form, by some of them.

Keywords: Social Inclusion – Work – Education – Citadany – Solidary Economy

* Doutora em Educação. Professora Assistente do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação e contemporaneidade da UNEB. Coordenadora da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários UNEB/UNITRABALHO (INCUBA).

Introdução

O desafio de abordar um tema que, infelizmente, difere um pouco das discussões corriqueiras em uma incubadora universitária – a despeito da prioridade posta na inclusão de cidadãos no mundo do trabalho – foi importante para a reflexão sobre o muito que se tem a realizar para construir uma sociedade realmente inclusiva.

É impressionante como alguns temas são obnubilados em consequência do ofuscamento social de determinados segmentos da população. Há alguns anos fui surpreendida, em orientação acadêmica, com a proposta de estudo da situação de evasão dos travestis do sistema escolar em razão, dentre outras, do acirramento do preconceito contra diferentes formas de vivência da sexualidade.

Neste momento, a circunstância me revela, com aguda expressividade, mais uma forma de manifestação de exclusão frente a qual a sociedade se mantém, muitas vezes, indiferente. Refiro-me à situação de exclusão dos portadores de transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas. Penso que uma das possibilidades reais de inclusão desses sujeitos dar-se-á pela via do trabalho. Tematizar aqui a categoria *trabalho* como lócus de formação humana explicita meus vínculos teórico e de afinidade com os movimentos sociais, com base na necessidade de atuação como pesquisadora e militante.

Num contexto de discussão sobre o modelo de atenção que historicamente a sociedade brasileira tem dado às pessoas portadoras de transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas, emergem grupos de pessoas interessadas em trabalhar para transformar essa dura realidade. Resultante das discussões em torno da reforma no sistema de saúde mental do país no campo da assistência, esses grupos lutam por serviços substitutivos que não mais firam a cidadania dessas pessoas, a exemplo da criação de empreendimentos econômicos solidários (cooperativas, associações etc.). Trata-se de uma proposta discutida por alguns segmentos dos movimentos sociais e com encaminhamentos pelo Ministério da Saúde em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego¹. A Portaria Interministerial 353, de 2005, define que:

[...] considerando as diretrizes gerais de ambas as políticas, Economia Solidária e Reforma Psiquiátrica, que têm como eixos a solidariedade, a inclusão social e a geração de alternativas concretas para melhorar as condições reais da existência de segmentos menos favorecidos, instituiu o Grupo de Trabalho de Saúde Mental e Economia Solidária, a ser composto por representantes, dentre outros, do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e Emprego, com as seguintes atribuições:

I - propor e estabelecer mecanismos de articulação entre as ações das políticas de saúde mental e economia solidária;

II - elaborar e propor agenda de atividades de parceria entre as duas políticas;

III - realizar mapeamento das experiências de geração de renda e trabalho, cooperativas, bolsa-trabalho e inclusão social pelo trabalho, realizadas no âmbito do processo de reforma psiquiátrica;

IV - propor mecanismos de apoio financeiro para as experiências de geração de renda e trabalho;

V - propor atividades de formação, capacitação e produção de conhecimento na interface saúde mental e economia solidária, bem como do marco jurídico adequado;

VI - estabelecer condições para a criação de uma Rede Brasileira de Saúde Mental e Economia Solidária; e

VII - propor mecanismos de parceria interinstitucional, no âmbito nacional e internacional.

Com base nessa iniciativa e na criação de empreendimentos de economia solidária, foram geradas “propostas concretas para uma cooperação efetiva no plano das políticas públicas” (Ministério da Saúde, 2005). A articulação entre o movimento da economia solidária e o movimento pela reforma psiquiátrica – ou movimento antimanicomial – propõe transformar o modelo assistencial em saúde mental e, seguindo nessa direção, construir um novo estatuto social para o louco: o de cidadão.

Uma vez que o direito ao trabalho é um dos valores sociais fundamentais, o Estado deve oferecer condições para sua efetivação. Neste sentido:

¹ As reflexões aqui postas foram apresentadas no Encontro Norte e Nordeste de Saúde Mental e Atenção Básica: produção de cuidados e saberes, realizado no período de 10 a 12 de setembro de 2009 na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Salvador (BA).

A geração de trabalho e renda por parte desses serviços tornou-se estratégia para a coordenação de saúde mental alcançar a reinserção social dos usuários da rede pública de saúde mental. O trabalho é uma ferramenta que complementa e contribui com a terapia, afirma Guimarães (apud CASTILHOS, 2007).²

O estudo realizado em 2009, pela pesquisadora Rita Martins, da Universidade de Brasília, indicou a existência de, aproximadamente, 349 iniciativas de empreendimentos solidários com o público em questão.³

A pertinência de uma proposta **de inclusão como a que se apresenta aqui** está na concepção de que pensar a inclusão social pelo trabalho é um princípio básico, se considerarmos que o trabalho é uma categoria fundante na sociedade.

Trabalho como Princípio Educativo e Justiça Social

As relações de trabalho, vividas individual e coletivamente, formam uma realidade complexa – o mundo do trabalho – determinada por condições históricas específicas e que possibilitam compreender as leis que regem a sociedade e, consequentemente, explicar as desigualdades sociais.

A atividade humana, nesta abordagem teórica, é posta como atividade central na produção da existência, incluindo, dialeticamente, a produção do pensamento e das formas de subjetivação. É a concepção de que o que distingue os homens dos animais é a produção material, cultural e simbólica dos seus meios de vida.

Entretanto, Frigotto (2002) entende que uma armadilha na qual tem caído comumente o processo de investigação nas Ciências Sociais é de não dar a devida importância às diferentes e conflitantes concepções de realidade gestadas no mundo ampliado da cultura, nas concepções religiosas, nos diferentes sentidos comuns. Para o Materialismo Histórico-Dialético, que enfatiza a contradição na análise dos fenômenos sociais, que relaciona a produção material e a produção simbólica, o trabalho constituir-se-á na categoria básica que define o homem concreto, historicamente situado, o vetor produtor de sentido, como eixo de fluxos que permeiam as diversas formas de sociabilização, os modos de produção da existência, o pressuposto

do conhecimento. É neste sentido que compreendo a categoria trabalho como princípio educativo por excelência.

Na produção social de sua existência, os seres humanos contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção materiais e simbólicas que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Segundo Marx (s/d, p. 301), não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.

Com base no exposto, é importante pensar as características do trabalho na sociedade capitalista – que de essência humana se converte em negação da sua humanidade porque alienado em virtude da exploração do ser humano pelo ser humano em busca da acumulação do capital – e todas as questões e desafios daí decorrentes a fim de apreender as condições objetivas da existência, o que é fundamental para entender o fenômeno social.

O trabalho alienado, conforme apontou Marx, retira do ser humano a sua humanidade, reduzindo-o a mera engrenagem em que se sobrepõem perversos interesses econômicos. Desta forma o trabalho reduzido em suas possibilidades de humanização converte-se em causa das desigualdades sociais, da sobreposição de alguns seres humanos sobre outros, portanto pode ser compreendido como uma das causas da “loucura”, como bem exemplifica Chaplin no filme “Tempos Modernos”.

Afirma Andrade et al (2009, p.17), referindo-se às pessoas portadoras de transtornos mentais: “o adoecimento dessas pessoas pode estar relacionado às experiências de trabalho anteriores, desenvol-

² CASTILHOS, Washington. O Trabalho é a Terapia. Entrevista realizada com Gonçalo Guimarães, coordenador do projeto “Saúde Mental – construindo uma rede de oportunidades”. Disponível em: <http://www.agencia.fapesp.br/>. Acesso em: 04 abr. 2009.

³ Dados constantes do endereço: <http://saudementalereintegracao.blogspot.com>. Acesso em: 17 jun. 2010.

vidas dentro do modo de produção capitalista que sabemos ser, muitas vezes, fonte de sofrimento psíquico por seu caráter heterogerido e consequentemente alienado”. Somando-se a exclusão social de grandes parcelas da população, próprias do atual contexto, ao caráter alienado do trabalho na sociedade capitalista, questiona-se: Como incluir a maioria da parcela da população no mundo do trabalho? Como, por exemplo, entender o fenômeno educativo como proposta formativa essencialmente para o trabalho num mundo caracterizado pelo desemprego? Como incluir aqueles e aquelas socialmente desfavorecidos/as, discriminados/as?

É importante, quando nos propomos a pensar sobre essas questões, ressaltar alguns aspectos necessários à implementação de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável. O termo igualitária aqui se sobrepõe ao termo democracia, que considero um dos principais mitos políticos na realidade brasileira. É reiterado que o Brasil é um país democrático. Entretanto cabe indagar o sentido dessa democracia que, historicamente, tem aprofundado as desigualdades sociais.

Vivemos contemporaneamente numa racionalidade em que o crescimento econômico que permitiu a opulência concentrada dos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial trouxe a pior das ameaças que a humanidade sofreu: a destruição do planeta. O trabalho alienado e a busca incessante do lucro colocaram em risco a preservação do planeta numa perspectiva da sustentabilidade ambiental e humana.

Baseado nessas problemáticas, vale ressaltar que a tendência em voga de Desenvolvimento Sustentável – proposta intrinsecamente relacionada à Economia Solidária – surge da necessidade de preservação do meio ambiente e é ampliada para a equidade e justiça social. Mais que isso, para a sustentabilidade ambiental e humana. Assim, ficou evidenciado que não se pode transformar a sociedade, realizar a inclusão social sem abordar com seriedade categorias como trabalho, desenvolvimento, mudanças no mundo do trabalho, direitos humanos e preconceitos, cuja relação com a situação de exclusão dos portadores de transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas é direta.

Seguindo uma tendência oposta, de transposição das regras do mercado para todos os setores da

sociedade, incluindo os serviços sociais como Educação, Saúde etc., constata-se a homogeneidade das análises economicistas que pretendem, numa lógica dominante e reducionista, compreender o mundo com base em uma epistemologia positivista que se contenta com dimensões quantificáveis, estáveis e matematizáveis da realidade. Assim, é compreensível a visibilidade que se dá a questões como PIB, renda per capita, só para citar alguns exemplos mais frequentes, em detrimento de categorias como qualidade de vida, realização humana, solidariedade. Tenta-se quantificar o desenvolvimento em todos os seus aspectos, até a própria sustentabilidade.

Essas são tendências que devemos superar, enfatizando o ser humano como parte do planeta, valorizado na sua qualidade de vida, o que requer um meio ambiente preservado. Há, muitas vezes, uma inversão quando se pensa que o ser humano deve ser preservado em função do meio ambiente, e não o oposto: o ambiente deve ser preservado em função do ser humano, independente da categorização econômica dos sujeitos como pobres e ricos.

Com base nestas afirmações, não se pode discutir Desenvolvimento Sustentável, Economia Solidária e mesmo a Reforma Psiquiátrica com base em uma ótica unilateral, sem levar em consideração questões étnicas, de gênero, de sexualidade, enfim, diferentes elementos que constituem a subjetividade humana.

Dar visibilidade às diferenças, tomá-las como fenômenos por meio dos quais a realidade concreta se revela e é apreendida epistemologicamente propicia práticas científicas e sociais menos preconceituosas. Baseado nesse horizonte, o Desenvolvimento Sustentável pode ser um projeto social que envolva uma gama ampliada de atores sociais: governos, sociedade civil organizada, setor privado. Aqui cabe uma ressalva: o envolvimento dos diversos atores não pode se dar na perspectiva de transferência da responsabilidade do Estado para a sociedade civil. Enquanto pagarmos impostos, temos que exigir políticas justas e igualitárias. Outro perigo é que os serviços sociais sejam postos no âmbito da filantropia e não dos direitos, entendidos como ajuda caritativa e não como ampliação da cidadania, perspectiva que a proposta em análise tende a superar.

É, portanto, necessário discutir a forma de participação comunitária, se tal participação é alienadora ou emancipadora para a autonomia dos movimentos sociais ou da sua sujeição à lógica do capital, limitando-se ao apaziguamento político.

Inclusão social pelo Trabalho: a Relação entre Economia Solidária e Cidadania

Na perspectiva da inclusão social pelo trabalho, as iniciativas políticas e econômicas na área da saúde mental, como a criação do Grupo de Trabalho Interministerial, a articulação com o Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC) e as atividades de incubação na área são extremamente importantes para uma participação emancipadora, constituindo-se um projeto social que envolve diversos atores e coloca na ordem do dia a discussão da cidadania de um segmento da população que é invisibilizado: os portadores de transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas.

Ao longo das últimas duas décadas, o tema Cidadania tornou-se, seguramente, um dos mais discutidos no mundo contemporâneo – com projeções perceptíveis sobre o Brasil. A Cidadania é parte integrante dos discursos produzidos tanto pelos detentores do poder político quanto das organizações que reivindicam a representação das classes subalternas e/ou dos grupos historicamente excluídos e marginalizados. Assim, a temática em questão encontra eco, indistintamente, nos programas e plataformas eleitorais da totalidade do espectro político brasileiro – e não, como se podia esperar, exclusivamente no terreno dos partidos de esquerda. Ademais, tanto produzem falas e representações acerca da cidadania os meios de comunicação de massa, quanto a intelectualidade e segmentos desprivilegiados da população brasileira.

Na mesma perspectiva, o tema envolve tanto as demandas das camadas mais abastadas quanto as reivindicações das classes populares – materializadas na pauta de diversos movimentos sociais que buscam saneamento básico, saúde, educação, fim da discriminação sexual, racial, de toda ordem, enfim. No Brasil, a Constituição de 1988 fixou um novo quadro de princípios legais relativos aos direitos e deveres dos cidadãos (COVRE, 1999).

Entretanto, de que cidadania fala cada um desses grupos sociais? O que é ser Cidadão? Para muitos, a cidadania se confunde como o direito ao voto. Assim procedendo, tais indivíduos expressam apenas uma visão formal e normativa da cidadania, esquecendo-se que a ideia de cidadania é histórica e se remete a determinados contextos e espaços bem específicos.

Na ordem burguesa, a relação entre educação e cidadania contém representações iluministas hegemônicas que conferem à educação a tarefa de vencer a barbárie, afastar as trevas da ignorância e, dessa forma, constituir o cidadão que reproduza um tipo de sociedade. Exalta-se determinada forma de racionalidade, de civilização, de liberdade e de participação. Tais representações, paradoxalmente, têm o papel de ocultar a barbárie, o despotismo e a exploração capitalista, e a educação, portanto, tornou-se um dos mecanismos de controle dessa ordem social.

Não será aceito, pelas classes dominantes, qualquer ser humano como sujeito de participação no convívio social. Os aptos a participar como sujeito social e político serão apenas os civilizados, os racionais, os modernos, os de espírito cultivado, os instruídos e educados⁴ (ARROYO, 1996). “Continuar defendendo a educação como ritual sagrado de passagem para o reino da liberdade é uma forma de contribuir para que a cidadania continue a ser negada, reprimida e protelada”. (ARROYO, 1996, p. 40). A redução da questão da cidadania dos trabalhadores a uma questão educativa é uma forma de ocultar que a educação é chamada a arbitrar no processo de exclusão da maioria da participação política (ARROYO, 1996). Trata-se da violência simbólica realizada pela educação bancária tão criticada por Paulo Freire que nega o saber popular, colocando o saber acadêmico num patamar hierarquicamente superior e excludente.

No Brasil há uma tradição de tentar compatibilizar o indivíduo e seus interesses com uma suposta ordem comunitária, princípio da harmonia, do convívio social. Nessa tradição são centrais a norma, a disciplina, o controle dos interesses pessoais e das manifestações autônomas de participação da classe trabalhadora. Esse comunitarismo é forte no

⁴ Grifos meus.

pensamento educacional e reduz a educação para a cidadania à cooperação no bem-comum, para a superação do indivíduo possessivo, numa unidade moral integradora do indivíduo ao convívio social. Os bons sentimentos, a vontade esclarecida, o caráter controlado, os apetites domesticados é a dimensão da cidadania trabalhada frequentemente na relação pedagógica (ARROYO, 1996).

Dessa forma, caracteriza-se o pensamento pedagógico pelo irrealismo político, ao excluir a questão da participação no poder como dimensão central da cidadania, a qual deve ter como base uma visão real da sociedade como uma construção histórica, com conflitos, antagonismos e lutas pela ampliação das formas de participação, compreendendo que a sociedade capitalista é baseada na desigualdade social e econômica.

Ao Povo, portador da Razão, cabe a tarefa política fundadora. Quanto ao povo e suas 'necessidades básicas', cabe auxiliá-lo, através da filantropia, e educá-lo[...] (CHAUÍ, apud ARROYO, 1996, p. 49).

Finalmente, durante o século que se encerrou, a ideia de cidadania foi ampliada e passou a contemplar, além dos clássicos direitos civis e políticos, as matérias de interesse social. A concepção de desenvolvimento pensada, excludente, passou a ser combatida pelos movimentos sociais e ambientalistas, ainda que o capital também tenha se apropriado deste e de outros discursos presentes nas lutas sociais. A crise que se verificou a partir de 1973 levou as sociedades a pensarem em formas alternativas para o processo de desenvolvimento. Uma das alternativas está na economia solidária. A economia solidária é uma proposta de desenvolvimento em que homens e mulheres são centrais no processo. Trata-se de um processo no qual homens e mulheres educam-se em comunhão, não há um saber superior e, portanto, todos os saberes são respeitados. Assim, independente de escolaridade, todos se veem como parte importante do processo. Aqui a comunidade é tomada não numa perspectiva ortodoxa de substituir o Estado, mas num processo de politização cotidiana, baseada em uma participação efetiva.

A participação não pode ser vista como uma concessão do Estado, mas um resultado de lutas. A criação de espaços de interlocução entre os diversos atores leva ao exercício da cidadania ativa. Assim,

a comunidade deve ser chamada não nos moldes de realização de tarefas que são do Estado, mas a fim de pressioná-lo a cumprir as suas obrigações, na discussão dos problemas, na redefinição de políticas e criação de alternativas para melhor aplicação dos recursos, na criação e exercício de direitos. Nesse sentido, a participação cidadã se diferencia da "participação social e comunitária", desde que não objetiva a mera prestação de serviços à comunidade. Na definição de Teixeira,

A participação cidadã é processo social em construção hoje, com demandas específicas de grupos sociais, expressas e debatidas nos espaços públicos e não reivindicadas nos gabinetes do poder, articulando-se com reivindicações coletivas e gerais, combinando o uso de mecanismos institucionais com sociais, inventados no cotidiano das lutas, e superando a já clássica dicotomia entre representação e participação (TEIXEIRA, 2001, p.32).

Creio que podemos citar como exemplo de alternativas que possibilitam a participação cidadã, as iniciativas convergentes da Economia Solidária, da Reforma Psiquiátrica e da proposta de Inclusão Social pelo Trabalho. São resultados de lutas em que a aprendizagem se desenvolve no cotidiano, em um processo de aprender fazendo, de amadurecimento coletivo. Entretanto, é importante ressaltar, no caso do público aqui posto, a existência de alguns limites legais ainda incompatíveis com a criação dos grupos de autogestão.

Na perspectiva de pensar os limites e possibilidades, devemos estar atentos para que a Economia Solidária não seja posta como uma economia pobre para pobre. É preciso iniciativas políticas que ataquem os gargalos da economia solidária, como a questão da comercialização. Qual o sentido de produzir se os produtos não são comercializados, possibilitando auferir renda suficiente para a aquisição de uma vida com melhor qualidade. Em que medida a economia solidária tem sido interessante para "dourar" discursos, sem um apoio efetivo em políticas mais abrangentes? Quantas cooperativas fracassam porque o processo de autonomia é retardado pelo esforço desumano de obter apoio institucional e recursos financeiros?

Sem dúvida alguma, a economia solidária coaduna-se com a Reforma Psiquiátrica e a estratégia de inclusão social pelo trabalho porque se trata de

um trabalho que busca a desalienação. Têm sido felizes as iniciativas dos serviços de saúde mental e de algumas incubadoras universitárias no país para a geração de trabalho e renda com pessoas portadoras de transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas. Infelizmente, ainda incipientes, principalmente pelo pequeno número de empreendimentos. A economia solidária constitui-se em caminho para a inclusão no mundo do trabalho e inclusão social daqueles e daquelas que estão em desvantagem econômica. Pode também resgatar a dignidade dos que são considerados incapazes e, portanto, constituir-se numa via para a Reabilitação Psicossocial.

Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários e Saúde Mental

A associação entre o trabalho terapêutico, a formação e o acompanhamento em cooperativismo pelas entidades de apoio à Economia Solidária tem se mostrado uma boa alternativa para a convivência e inclusão, para a construção de outro projeto de sociedade inclusiva, ética, humanizadora, justa e solidária. Algumas incubadoras universitárias têm implementado iniciativas nessa área, e outras têm iniciado o debate, o que significa uma perspectiva de ampliação do processo de incubação de empreendimentos na área de saúde mental no país como alternativa de geração de trabalho, renda, participação social e desenvolvimento da cidadania dos usuários do sistema de saúde mental.

É importante lembrar que a inserção no mundo do trabalho possibilita a criação de laços de sociabilidade, criação de identidades, elevação da autoestima. Segundo Castel (1998), uma das consequências dos processos de desfiliação, própria da era do desemprego, é a perda dos suportes sociais, que garantem o exercício de direitos iguais em uma sociedade democrática e o desengajamento material e simbólico dos indivíduos no laço social. Compreendendo a Economia Solidária como importante na retomada dos laços de sociabilidade dos portadores de transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas, tomamos os princípios da incubação elencados pela incubadora universitária da Universidade Estadual de Maringá como referência

para uma proposta de trabalho da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários UNEB/UNITRABALHO (INCUBA)⁵.

As atividades de incubagem consistem basicamente em: levantamento sobre as necessidades, potencialidades e expectativas do empreendimento; prospecção de atividades econômicas passíveis de serem desenvolvidas; análise da viabilidade econômica e social do empreendimento; realização de formação em Economia Solidária e cooperativismo; elaboração do plano de negócios do empreendimento; identificação das competências profissionais e das necessidades de qualificação; discussão sobre a organização formal do empreendimento; acompanhamento psicossocial, administrativo, contábil e jurídico; e processo de desincubagem (ANDRADE et al, 2009).

A INCUBA tem como propósito constituir um espaço de fortalecimento das populações excluídas do mercado de trabalho por meio da formação, organização e acompanhamento de experiências de economia solidária no estado da Bahia, proporcionando o acesso à renda mediante a cooperação e o trabalho. Como especificidade, essa incubadora atua em rede em algumas regiões do estado onde a UNEB possui *campi*, mantendo uma equipe de monitores em Salvador que, em parceria com as equipes de cada município, pretende alimentar o processo de incubação. O propósito é que haja multiplicadores em cada *campus* apoiado, fortalecendo a estratégia de atuação dos empreendimentos em rede. Também é articulada com as incubadoras ligadas à rede UNITRABALHO, o que, além de fortalecer a troca de experiências, possibilita uma atuação conjunta de forma territorializada⁶.

Um objetivo da INCUBA está no propósito de reaplicar a metodologia de trabalho desenvolvida na cooperativa CAMAPET para os demais públicos atendidos, a qual segue o método de Paulo Freire a fim de partir do universo do indivíduo (cooperados e estudantes), entendendo-o como sujeito da sua história e possibilitando que o mesmo faça a leitura

⁵ As reflexões destacadas são parte da discussão com o grupo da Residência Médica da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

⁶ A INCUBA é um núcleo da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) ligada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade.

do seu mundo, com o objetivo de transformá-lo. A perspectiva do método de Paulo Freire resultou mais especificamente nos seguintes princípios: 1) utilização do potencial criativo da história e cultura local; 2) a questão ambiental cuidando não apenas do meio ambiente, mas também da sustentabilidade do homem (desenvolvimento humano); 3) design participativo com a perspectiva de construção do conhecimento em condições igualitárias entre cooperados e estudantes, buscando eliminar o perfil tecnocrático da formação, a visão eurocêntrica e a criação de produtos destinados restritamente ao mercado tradicional, possibilitando a criação de produtos artesanais com design próprio. Essa tecnologia deverá ser reaplicada em outros projetos que carecem de melhoria nos produtos e uma formação, tanto dos cooperados quanto dos estudantes de graduação, que estimule os valores de cooperação, solidariedade e autogestão a ser oferecida em cursos e no cotidiano das cooperativas atendidas (FACTUM et al, 2009).

A experiência a ser replicada originou-se no oferecimento de uma disciplina do curso de Desenho Industrial orientada para o desenvolvimento de produtos com a presença de cooperados e estudantes ao longo de um semestre, o que possibilitou a formação segundo os princípios elencados e um tempo de formação com uma maior assimilação e consolidação do conhecimento produzido pelos alunos, resultando no desenvolvimento de tecnologia social de transformação de PET em joias e outros produtos artesanais com design próprio e não, como comumente acontece, baseada na cópia de produtos do mercado tradicional. O resultado esperado é um processo cooperativo dos atores sociais locais, garantindo a participação igualitária de docentes, estudantes de graduação e cooperados no processo de Desenvolvimento Local Sustentável, voltado para fortalecer a coletividade em torno de um projeto de desenvolvimento comum. Para tanto, deve-se recuperar o passado e presente do território, de forma a construir um ciclo de solidariedade, ao qual cada ator social local subordina seus interesses particulares em função dos interesses comuns⁷.

Diante do desafio da sustentabilidade dos empreendimentos, a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da UNEB/UNITRABALHO (INCUBA) pretende tratar as temáticas de

mercado e design como estratégicas por entender que essas são fragilidades que os empreendimentos possuem para viabilizar a sustentabilidade. No universo da economia solidária essas áreas sempre foram os grandes desafios das instituições de apoio. A incubadora, além de oferecer um curso de graduação e um núcleo de Desenho Industrial, deverá contar com um profissional de mercado para prospectar e abrir novos mercados para os empreendimentos incubados. Para viabilizar essa estratégia, a parceria com secretarias do Estado e com empresas públicas tem sido fundamental.

A INCUBA propõe-se, em articulação interna, a ampliar seu quadro de pessoal, formando um grupo de incubação em saúde mental, assumindo o desafio educativo posto por Freire: “Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também entre uma ‘educação’ para a ‘domesticação’, para alienação, e uma educação para a liberdade. ‘Educação’ para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito” (FREIRE, 2000, p.44)

Com base nos princípios freireanos e tendo o trabalho como princípio educativo na perspectiva gramsciana, o trabalhador será valorizado no seu saber e terá o controle do processo e do produto, da produção e da gestão, num combate à alienação e num processo educativo para uma participação cidadã, por meio dos princípios da solidariedade e da autogestão.

Considerações Finais

Finalizamos colocando um desafio para pensar a inclusão social pelo trabalho do público em questão, ressaltando um aspecto fundamental a ser considerado nas reflexões realizadas sobre a articulação com a economia solidária: as dimensões da sustentabilidade que estão intrinsecamente relacionadas com a justiça e a inclusão social, tomando o entendimento de França Filho (2009) de que as práticas de economia popular e solidária se situam precisamente a meio caminho entre subsistência e sustentabilidade. Ou seja, pensar a organização e a sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários para esse

⁷ Fonte: Planejamento Institucional da INCUBA (2009-2010).

público requer extrapolar a dimensão da sustentabilidade econômica. O centro deve estar na dinâmica de transformação vivida por pessoas e grupos, muitos se reconhecendo como sujeitos sociais ou cidadãos dotados de direitos, com caminhos e trajetórias de vida bem diferentes, ou seja, a reprodução ampliada das condições de vida.

Ainda que os autores (FRANÇA FILHO e SANTANA JÚNIOR, 2008) refirmem-se ao desenvolvimento local, arriscamos apontar para o debate a *dimensão cultural da sustentabilidade*. Esta remete ao grau de afirmação identitária característico dos grupos envolvidos, que passa por um conhecimento relativo da própria história do local, o grau de identificação das pessoas com esta história, o que supõe sentimento de pertencimento das pessoas, práticas e valores comuns compartilhados. Sem confundir o trabalho em empreendimentos solidários na área de saúde mental como um trabalho que se limita à dimensão terapêutica, a renda obtida não pode assumir, isoladamente, aspecto central na sua existência (e nem ser minimizada), o que

também é pertinente para muitos empreendimentos organizados com outros públicos. É uma equação difícil e importante que tem uma relação direta com a *dimensão política*: o grau de autonomia dos grupos no processo de gestão da experiência, o grau de democratização das relações e o nível de participação das pessoas, o nível e a forma de participação das pessoas na discussão de problemas comuns. Mais precisamente, esses aspectos devem ser articulados e não hierarquizados.

Esperamos, com este trabalho, trazer algumas contribuições não só para a produção do conhecimento, mas, sobretudo, para aumentar a visibilidade em relação às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais das pessoas portadoras de transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas. Ressaltar a responsabilidade dos poderes públicos em elaborar, apoiar e executar políticas que possibilitem às incubadoras universitárias e demais entidades de apoio desenvolver trabalhos na interface da Economia Solidária com a Saúde Mental.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Márcia Campos et al. **Saúde mental e economia solidária**: relato de experiência de um projeto de inclusão social pelo trabalho. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.uem.br/artigos>>. Acesso em: 14 maio 2010.
- ARROYO, Miguel. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, E. et al. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez, 2003.
- AZEVEDO, A. B. A.; FACTUM, A. B. S.; SILVA, R. B.. Design participativo: articulação entre desenvolvimento, cidadania e sustentabilidade ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 2009, Campinas. **Anais...** Campinas: ABET, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental e economia solidária**: inclusão social pelo trabalho. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- FACTUM, A. B. S.; AZEVEDO, A. B. A.; SILVA, R. B.. Design participativo: articulação entre desenvolvimento, cidadania e sustentabilidade ambiental. In: XI Encontro Nacional da ABET, 2009, Campinas. XI Encontro Nacional da ABET: A crise mundial e os dilemas do trabalho. Campinas: ABET, 2009.
- FRANÇA FILHO, Genauto de; SANTANA JÚNIOR, Gildásio. Economia Solidária e Desenvolvimento Local. Disponível em: <<http://dowbor.org/wp/>>. Acesso em: 29 jul. 2010.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARX, Karl. Prefácio à “contribuição à crítica da economia política”. In: MARX e ENGELS. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [2000].

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global:** limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

Entrevista com Genauto Carvalho de França Filho. Disponível em: <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br>>. Acesso em: 29 jul. 2010.

Recebido em 22.03.10
Aprovado em 28.06.10